

ÍNDICE GERAL

• LISTA DE ABREVIATURAS.....	9
• ÍNDICE CRONOLÓGICO GERAL.....	11
▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	20
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....	23
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.....	92
▪ CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CLT.....	116
CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943.....	121
▪ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	228
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015.....	235
▪ LINDB	
LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942.....	332
▪ CÓDIGO CIVIL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO CIVIL.....	336
CÓDIGO CIVIL – LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.....	346
▪ CÓDIGO PENAL (<i>Excertos</i>)	
CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.....	452
▪ LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	
LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR.....	456
▪ REGIMENTO INTERNO DO TST	
REGIMENTO INTERNO – TST.....	1066
▪ SÚMULAS, ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS E PRECEDENTES NORMATIVOS	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – SÚMULAS VINCULANTES.....	1104
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – SÚMULAS.....	1107
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – SÚMULAS.....	1110
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – SÚMULAS.....	1112
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO TRIBUNAL PLENO/ÓRGÃO ESPECIAL.....	1138
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SUBSEÇÃO 1 TRANSITÓRIA DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS.....	1139
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SUBSEÇÃO 1 DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS – SDI-1.....	1145
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SUBSEÇÃO 2 DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS – SDI-2.....	1164
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS – SDC.....	1172
PRECEDENTES NORMATIVOS DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	1174
▪ ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO – DIREITO DO TRABALHO.....	1178

ÍNDICE CRONOLÓGICO GERAL

▪ LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 29 DE JUNHO DE 2001	722
<i>Institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 (EXCERTOS)	779
<i>Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 146, DE 25 DE JUNHO DE 2014	812
<i>Estende a estabilidade provisória prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015.....	812
<i>Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências.</i>	

▪ LEIS

LEI Nº 605, DE 5 DE JANEIRO DE 1949.....	456
<i>Repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.</i>	
LEI Nº 2.757, DE 23 DE ABRIL DE 1956.....	457
<i>Dispõe sobre a situação dos empregados porteiros, zeladores, faxineiros e serventes de prédios de apartamentos residenciais.</i>	
LEI Nº 3.030, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1956	457
<i>Determina que não poderão exceder a 25% do Salário Mínimo os Descontos por Fornecimento de Alimentação, quando preparada pelo próprio Empregador.</i>	
LEI Nº 3.207, DE 18 DE JULHO DE 1957	457
<i>Regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas.</i>	
LEI Nº 3.270, DE 30 DE SETEMBRO DE 1957	458
<i>Fixa em seis (6) o número de horas de trabalho diário dos cabineiros de elevador e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 3.857, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1960	458
<i>Cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 3.999, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1961	463
<i>Altera o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas.</i>	
LEI Nº 4.090, DE 13 DE JULHO DE 1962	464
<i>Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores.</i>	
LEI Nº 4.266, DE 3 DE OUTUBRO DE 1963	464
<i>Institui o salário-família do Trabalhador e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 4.749, DE 12 DE AGOSTO DE 1965	465
<i>Dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.</i>	
LEI Nº 4.886, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965	465
<i>Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.</i>	
LEI Nº 4.950-A, DE 22 DE ABRIL DE 1966.....	469
<i>Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.</i>	
LEI Nº 5.584, DE 26 DE JUNHO DE 1970 (EXCERTOS)	471
<i>Dispõe sobre normas de direito processual do trabalho, altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971	472
<i>Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 5.811, DE 11 DE OUTUBRO DE 1972	481
<i>Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos.</i>	
LEI Nº 5.889, DE 8 DE JUNHO DE 1973	482
<i>Estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.019, DE 3 DE JANEIRO DE 1974.....	484
<i>Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.224, DE 14 DE JULHO DE 1975.....	487
<i>Regula o exercício da profissão de Propagandista e Vendedor de Produtos Farmacêuticos, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.321, DE 14 DE ABRIL DE 1976.....	487
<i>Dispõe sobre a dedução, do lucro tributável para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador.</i>	
LEI Nº 6.533, DE 24 DE MAIO DE 1978.....	488
<i>Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.586, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1978	490
<i>Classifica o comerciante ambulante para fins trabalhistas e previdenciários.</i>	
LEI Nº 6.615, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1978	491
<i>Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Radialista e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980.....	493
<i>Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.858, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1980	496
<i>Dispõe sobre o Pagamento, aos Dependentes ou Sucessores, de Valores Não Recebidos em Vida pelos Respectivos Titulares.</i>	
LEI Nº 6.919, DE 2 DE JUNHO DE 1981	497
<i>Faculta a extensão do regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço a diretores não empregados, e dá outras providências</i>	
LEI Nº 6.932, DE 7 DE JULHO DE 1981.....	497
<i>Dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.002, DE 14 DE JUNHO DE 1982	498
<i>Autoriza a implantação de jornada noturna especial nos portos organizados, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.064, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1982	498
<i>Dispõe sobre a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior.</i>	
LEI Nº 7.238, DE 29 DE OUTUBRO DE 1984	500
<i>Dispõe sobre a manutenção da correção automática semestral dos salários, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2065, de 26 de outubro de 1983.</i>	
LEI Nº 7.290, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1984	501
<i>Define a atividade do Transportador Rodoviário Autônomo de Bens e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985.....	501
<i>Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.377, DE 30 DE SETEMBRO DE 1985.....	503
<i>Dispõe sobre o Exercício da Profissão de Secretário, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.394, DE 29 DE OUTUBRO DE 1985	504
<i>Regula o Exercício da Profissão de Técnico em Radiologia, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.418, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1985	504
<i>Institui o Vale-Transporte e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.498, DE 25 DE JUNHO DE 1986	505
<i>Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.644, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1987	507
<i>Dispõe sobre a Regulamentação da Atividade de Mãe Social e dá outras Providências.</i>	
LEI Nº 7.701, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1988	508
<i>Dispõe sobre a especialização de Turmas dos Tribunais do Trabalho em processos coletivos e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989	510
<i>Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989	511
<i>Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990.....	513
<i>Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990	518
<i>Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.</i>	
LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990.....	518
<i>Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 (EXCERTOS)	530
<i>Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 (EXCERTOS)	531
<i>Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991	540
<i>Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991	559
<i>Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993	584
<i>Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.852, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1994.....	586
<i>Dispõe sobre a aplicação dos arts. 37, incisos XI e XII, e 39, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.856, DE 1º DE MARÇO DE 1994.....	588
<i>Fixa a Jornada de Trabalho dos Profissionais Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional.</i>	
LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994	588
<i>Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).</i>	
LEI Nº 8.984, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1995.....	601
<i>Estende a competência da Justiça do Trabalho (art. 114 da Constituição Federal).</i>	
LEI Nº 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995.....	601
<i>Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997	601
<i>Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997	602
<i>Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.</i>	
LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997 (EXCERTOS)	603
<i>Altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.601, DE 21 DE JANEIRO DE 1998.....	605
<i>Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998.....	606
<i>Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998	606
<i>Institui normas gerais sobre esporte e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.674, DE 25 DE JUNHO DE 1998	622
<i>Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências.</i>	
LEI Nº 9.696, DE 1º DE SETEMBRO DE 1998	623
<i>Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física.</i>	

LEI Nº 9.719, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998	626
<i>Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.867, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999	713
<i>Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme específica.</i>	
LEI Nº 10.101, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000	719
<i>Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.192, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2001	721
<i>Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	726
<i>Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005	735
<i>Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.</i>	
LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006	768
<i>Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.350, DE 5 DE OUTUBRO DE 2006	774
<i>Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	782
<i>Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	783
<i>Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.476, DE 29 DE MAIO DE 2007	786
<i>Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Enólogo e Técnico em Enologia.</i>	
LEI Nº 11.648, DE 31 DE MARÇO DE 2008	788
<i>Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.770, DE 9 DE SETEMBRO DE 2008	789
<i>Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.</i>	
LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008	790
<i>Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.889, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008	792
<i>Regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal – TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal – ASB.</i>	
LEI Nº 11.901, DE 12 DE JANEIRO DE 2009	793
<i>Dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009	794
<i>Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.023, DE 27 DE AGOSTO DE 2009	796
<i>Dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso.</i>	
LEI Nº 12.198, DE 14 DE JANEIRO DE 2010	797
<i>Dispõe sobre o exercício da profissão de Repentista.</i>	
LEI Nº 12.506, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011	797
<i>Dispõe sobre o aviso-prévio e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.591, DE 18 DE JANEIRO DE 2012	797
<i>Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício.</i>	

LEI Nº 12.592, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.....	798
<i>Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador.</i>	
LEI Nº 12.690, DE 19 DE JULHO DE 2012.....	799
<i>Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACCOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Dec.-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.</i>	
LEI Nº 12.815, DE 5 DE JUNHO DE 2013.....	803
<i>Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nos 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nos 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.....	817
<i>Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).</i>	
LEI Nº 13.152, DE 29 DE JULHO DE 2015.....	831
<i>Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2016 a 2019.v. CF/1988: arts. 7º, IV, 201, § 2º, 203, V, e 239, § 3º.</i>	
LEI Nº 13.155, DE 4 DE AGOSTO DE 2015.....	831
<i>Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol – APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva – LOTEK; altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.671, de 15 de maio de 2003, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e os Decretos-Leis nºs 3.688, de 3 de outubro de 1941, e 204, de 27 de fevereiro de 1967; revoga a Medida Provisória no 669, de 26 de fevereiro de 2015; cria programa de iniciação esportiva escolar; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.271, DE 15 DE ABRIL DE 2016.....	841
<i>Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.</i>	
LEI Nº 13.432, DE 11 DE ABRIL DE 2017.....	841
<i>Dispõe sobre o exercício da profissão de detetive particular.</i>	
LEI Nº 13.475, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.....	842
<i>Dispõe sobre o exercício da profissão de tripulante de aeronave, denominado aeronauta; e revoga a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984.</i>	
LEI Nº 13.667, DE 17 DE MAIO DE 2018.....	850
<i>Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975.</i>	
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018.....	854
<i>Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)</i>	
LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019.....	887
<i>Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.999, DE 18 DE MAIO DE 2020.....	896
<i>Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis nºs 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999.</i>	
LEI Nº 14.010, DE 10 DE JUNHO DE 2020.....	901
<i>Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19).</i>	
LEI Nº 14.020, DE 6 DE JULHO DE 2020.....	902
<i>Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.058, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.....	911
<i>Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.</i>	
LEI Nº 14.075, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020.....	912
<i>Dispõe sobre a conta do tipo poupança social digital; e altera as Leis nºs 13.982, de 2 de abril de 2020, e 14.058, de 17 de setembro de 2020.</i>	

LEI Nº 14.193, DE 6 DE AGOSTO DE 2021	960
<i>Institui a Sociedade Anônima do Futebol e dispõe sobre normas de constituição, governança, controle e transparência, meios de financiamento da atividade futebolística, tratamento dos passivos das entidades de práticas desportivas e regime tributário específico; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).</i>	
LEI Nº 14.370, DE 15 DE JUNHO DE 2022	1022
<i>Institui o Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário e o Prêmio Portas Abertas.</i>	
LEI Nº 14.434, DE 4 DE AGOSTO DE 2022	1024
<i>Altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para instituir o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira.</i>	
LEI Nº 14.438, DE 24 DE AGOSTO DE 2022	1025
<i>Institui o Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores (SIM Digital); promove alterações na gestão e nos procedimentos de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.636, de 20 de março de 2018, e 14.118, de 12 de janeiro de 2021; e revoga dispositivo da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.</i>	
LEI Nº 14.442, DE 2 DE SETEMBRO DE 2022.....	1028
<i>Dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação ao empregado e altera a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.</i>	
LEI Nº 14.457, DE 21 DE SETEMBRO DE 2022.....	1029
<i>Institui o Programa Emprega + Mulheres; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 11.770, de 9 de setembro de 2008, 13.999, de 18 de maio de 2020, e 12.513, de 26 de outubro de 2011.</i>	
LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 (EXCERTOS)	1034
<i>Institui a Lei Geral do Esporte.</i>	
LEI Nº 14.611, DE 3 DE JULHO DE 2023	1041
<i>Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.</i>	
LEI Nº 14.704, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023	1046
<i>Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).</i>	
LEI Nº 14.725, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023	1047
<i>Regula a profissão de sanitarista.</i>	
LEI Nº 14.821, DE 16 DE JANEIRO DE 2024.....	1049
<i>Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua).</i>	
LEI Nº 14.967, DE 9 DE SETEMBRO DE 2024.....	1054
<i>Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, a Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, da Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências</i>	

■ DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI Nº 368, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1968.....	470
<i>Dispõe sobre Efeitos de Débitos Salariais e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 779, DE 21 DE AGOSTO DE 1969	471
<i>Dispõe sobre a aplicação de normas processuais trabalhistas à União Federal, aos Estados, Municípios, Distrito Federal e Autarquias ou Fundações de direito público que não explorem atividade econômica.</i>	

■ DECRETOS

DECRETO Nº 80.281, DE 5 DE SETEMBRO DE 1977	488
<i>Regulamenta a Residência Médica, cria a Comissão Nacional de Residência Médica e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 99.684, DE 8 DE NOVEMBRO DE 1990.....	532
<i>Consolida as normas regulamentares do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).</i>	
DECRETO Nº 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999	627
<i>Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.</i>	

DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999.....	713
<i>Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 9.579, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018.....	865
<i>Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 9.830, DE 10 DE JUNHO DE 2019.....	883
<i>Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro.</i>	
DECRETO Nº 9.978, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.....	885
<i>Dispõe sobre o Fundo PIS-PASEP e institui o Conselho Diretor do Fundo PIS-PASEP.</i>	
DECRETO Nº 10.178, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.....	893
<i>Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, para dispor sobre os critérios e os procedimentos para a classificação de risco de atividade econômica e para fixar o prazo para aprovação tácita e altera o Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, para incluir elementos na Carta de Serviços ao Usuário.</i>	
DECRETO Nº 10.671, DE 9 DE ABRIL DE 2021.....	913
<i>Promulga o texto da Convenção sobre Trabalho Marítimo - CTM, 2006, firmado em Genebra, em 7 de fevereiro de 2006.</i>	
DECRETO Nº 10.854, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2021.....	1005
<i>Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, e altera o Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.</i>	
DECRETO Nº 11.513, DE 1º DE MAIO DE 2023.....	1033
<i>Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar proposta de regulamentação das atividades de prestação de serviços, transporte de bens, transporte de pessoas e outras atividades executadas por intermédio de plataformas tecnológicas.</i>	
DECRETO Nº 11.856, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023.....	1048
<i>Institui a Política Nacional de Cibersegurança e o Comitê Nacional de Cibersegurança.</i>	
DECRETO Nº 11.864, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023.....	1049
<i>Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024.</i>	
DECRETO Nº 12.174, DE 11 DE SETEMBRO DE 2024.....	1062
<i>Dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</i>	
■ INSTRUÇÕES NORMATIVAS	
INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TST Nº 3, DE 5 DE MARÇO DE 1993.....	582
<i>Interpreta o art. 8.º da Lei nº 8.542, de 23/12/92 (DOU de 24/12/1992), que trata do depósito para recurso nas ações na Justiça do Trabalho e a Lei nº 12.275, de 29 de junho de 2010, que altera a redação do inciso I do § 5º do art. 897 e acresce o § 7º ao art. 899, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TST Nº 16, DE 26 DE AGOSTO DE 1999.....	712
<i>Uniformiza a interpretação da Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998, com relação a agravo de instrumento.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TST Nº 18, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1999.....	713
<i>Dispõe sobre a comprovação do depósito recursal na Justiça do Trabalho.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TST Nº 20, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2002.....	724
<i>Dispõe sobre os procedimentos para o recolhimento de custas e emolumentos devidos à União no âmbito da Justiça do Trabalho.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TST Nº 24, DE 9 DE OUTUBRO DE 2003.....	735
<i>Dispõe sobre a faculdade de o Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho designar audiência prévia de conciliação, no caso de pedido de efeito suspensivo a recurso ordinário interposto à decisão normativa da Justiça do Trabalho.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TST Nº 27, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2005.....	768
<i>Dispõe sobre normas procedimentais aplicáveis ao processo do trabalho em decorrência da ampliação da competência da Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional nº 45/2004.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TST Nº 31, DE 27 DE SETEMBRO DE 2007.....	787
<i>Regulamenta a forma de realização do depósito prévio em ação rescisória de que trata o art. 836 da CLT, com redação dada pela Lei nº 11.495, de 22 de junho de 2007.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TST Nº 32, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.....	787
<i>Uniformiza procedimentos para a expedição de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor no âmbito da Justiça do Trabalho e dá outras providências.</i>	

INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TST Nº 34, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2009.....	797
<i>Dispõe sobre a guia a ser utilizada, na Justiça do Trabalho, para o recolhimento do depósito prévio destinado à propositura de ação anulatória de débito fiscal resultante de penalidade administrativa imposta por autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TST Nº 36, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.....	801
<i>Regulamenta, na Justiça do Trabalho, o acolhimento e o levantamento de depósitos judiciais.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TST Nº 38, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015.....	837
<i>Regulamenta o procedimento do Incidente de Julgamento dos Recursos de Revista e de Embargos repetitivos à Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SBDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho repetitivos.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TST Nº 39, DE 15 DE MARÇO DE 2016.....	839
<i>Dispõe sobre as normas do Código de Processo Civil de 2015 aplicáveis e inaplicáveis ao Processo do Trabalho, de forma não exaustiva.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TST Nº 40, DE 15 DE MARÇO DE 2016.....	841
<i>Dispõe sobre o cabimento de agravo de instrumento em caso de admissibilidade parcial de recurso de revista no Tribunal Regional do Trabalho e dá outras providências.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TST Nº 41, DE 21 DE JUNHO DE 2018.....	853
<i>Dispõe sobre a aplicação das normas processuais da Consolidação das Leis do Trabalho alteradas pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA TRANSITÓRIA Nº 41-A, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024.....	1063
<i>Dispõe sobre os recursos em incidente de resolução de demandas repetitivas ou incidente de assunção de competência julgados nos Tribunais Regionais do Trabalho.</i>	
▪ PORTARIA	
PORTARIA MTP Nº 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021.....	965
<i>Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho.</i>	
▪ PROVIMENTOS	
PROVIMENTO DO CFOAB Nº 205, DE 15 DE JULHO DE 2021.....	958
<i>Dispõe sobre a publicidade e a informação da advocacia.</i>	
PROVIMENTO DO CNJ Nº 149, DE 8 DE AGOSTO DE 2023 (EXCERTOS).....	1041
<i>Dispõe sobre a prática de atos notariais eletrônicos utilizando o sistema e-Notariado, cria a Matrícula Notarial Eletrônica-MNE e dá outras providências.</i>	
▪ RESOLUÇÃO	
RESOLUÇÃO STF Nº 693, DE 17 DE JULHO DE 2020.....	908
<i>Regulamenta o processo judicial eletrônico no âmbito do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.</i>	